

ENTRE OS EDIFÍCIOS TEATRAIS E O FAZER CÊNICO: UM PANORAMA HISTÓRICO DO TEATRO EM RIO GRANDE/RS

BETWEEN THEATRICAL CONSTRUCTIONS AND SCENIC PERFORMANCE: A HISTORICAL PANORAMA OF THEATER IN RIO GRANDE/RS

Lara Freitas de Oliveira¹
Vivian da Silva Paulitsch²

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama histórico do teatro na cidade do Rio Grande/RS. Teve por objetivo compreender como eram as manifestações artístico-teatrais e os entrelaçamentos entre o fazer cênico e os edifícios teatrais do começo do século XIX à virada do século XX, a partir dos teatros Sete de Setembro e Politeama Rio-Grandense. Baseado nas relações entre memórias e materialidades, conclui-se que o meio cênico do município, em meio às suas particularidades, estava em consonância com o circuito artístico teatral nacional e internacional. Do mesmo modo, identificou-se que as tensões sociais alteraram tanto a arquitetura desses teatros quanto a dramaturgia expressa em seus palcos.

Palavras-chave: Teatro. Rio Grande. Arquitetura. História da Arte.

ABSTRACT

This article provides a historical overview of the theater in the city of Rio Grande/RS. It aimed to understand how the artistic-theatrical manifestations and the intertwining between the scenic making and the theatrical buildings from the beginning of the 19th century to the turn of the 20th century, starting with the theaters Sete de Setembro and Politeama Rio-Grandense. Based on the relationship between memories and materialities, it is concluded that the theatrical practices of the city, in the midst of its particularities, was in line with the national and international artistic circuit. Likewise, it was identified that social tensions altered both the architecture of these theaters and the dramaturgy expressed on their stages.

Keywords: Theater. Rio Grande. Architecture. Art History.

1 Graduada em Artes Visuais Bacharelado com ênfase em História, Teoria e Crítica na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista no Núcleo de Material Educacional Digital (MED) da Secretaria de Educação a Distância (SEaD) da FURG desde julho de 2017. Estou cursando o tecnólogo em Conservação e Restauro pelo Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG e a especialização em Arte e Mercado pela Unyleya.

2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (2000), é Mestre em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas.

INTRODUÇÃO

A partir de um trabalho interdisciplinar, unindo história social, da arte, da arquitetura e do teatro, este artigo apresenta um breve panorama histórico do teatro na cidade do Rio Grande/RS. O seu objetivo foi compreender como eram as manifestações artístico-teatrais e os entrelaçamentos entre o fazer cênico e os edifícios teatrais, do começo do século XIX à virada do século XX, a partir dos teatros Sete de Setembro e o Politeama Rio-Grandense. Além da busca pelos registros das primeiras manifestações teatrais, o artigo intenta reler o mundo do teatro rio-grandino sem pretender esgotá-lo, evidenciando a relevância cultural dos dois prédios mencionados para o circuito artístico-teatral do município.

Para tanto, além da revisão bibliográfica, foram utilizadas fontes documentais (jornais, panfletos e anúncios) e imagéticas (gravuras e fotografias), acessadas em acervos institucionais e pessoais. Os registros iconográficos foram importantes, tendo em vista o reconhecimento de elementos e tipologias arquitetônicas e modos de vida da sociedade rio-grandina.

O teatro é uma prática atemporal que transpassa culturas e locais, transformando-se a partir do desenvolvimento tecnológico e das inquietações e necessidades de seus públicos e atores cumprindo papel fundamental para a cultura, a memória e a identidade.

Portanto, tal prática é resultante do contexto no qual está inserida, o que a faz perfeitamente apta “a levar ao palco os temas e os problemas do modo de ser de nossa época, como já o fizeram em relação a quase todas as outras” (PAVIS, 2008, p.7). Desse modo, ao se pesquisar a respeito da mesma, acaba-se por olhar para além do ato cênico, interpretando, através de suas manifestações, uma época e uma comunidade.

Da mesma maneira que foi apontada por Bittencourt (2007), é a partir desses suportes que se pode, nos dias atuais, constatar a relevância do teatro para a vida de uma cidade, para a transmissão cultural, seu desenvolvimento e sua vida social.

1 O teatro no território brasileiro

Apesar de o começo da história do teatro brasileiro datar do século XVI e ter seu desenvolvimento intensificado no começo do século XIX, com a vinda da Corte Portuguesa, ele tem seu auge e intensa proliferação no Brasil durante o Império. Dessa forma, acontece uma ruptura no fazer teatral, pois os espetáculos teatrais:

[...] estimularam a participação do espectador em uma cena não mais estabelecida pelos laços autoritários que o ligavam ao soberano, mas, sim, a um teatro visual imaginativo, que projetasse meios estéticos significativos coerentes com sua realidade. (LIMA, 2010, p. 3)

Ocorre quase que um resgate do período barroco, quando o teatro rompe com suas barreiras físicas e se expande no meio social (SIQUEIRA, 1996). A arte, nesse sentido, estaria presente no meio urbano: realidade e teatro se mesclam, transformando as próprias pessoas em atores sociais. Portanto, é nesse contexto que o “Brasil do século XIX – inspirado no olhar europeu e na ascensão da burguesia – intensificou a construção de teatros imponentes e em posição de destaque em relação ao tecido urbano existente: os teatros neoclássicos” (LIMA, 2010, p. 4).

Na esteira da afirmação de Bittencourt (2007), pesquisar e respeitar as manifestações teatrais é pensar também a história social da arte e da arquitetura, ambos tópicos relevantes para a constituição da cidade e da identidade de seus habitantes. Destaca-se ainda a necessidade de cultivar a história artística da cidade do Rio Grande para que a mesma não se perca no esquecimento (MONTEIRO, 1946).

À vista disso, ao estudar-se sobre os edifícios teatrais brasileiros, tem que ser levado em consideração o contexto em que surgem essas edificações, compreendendo que as mesmas serão utilizadas tanto para apresentações cênicas quanto para dança e música. As construções tiveram que se adaptar com o passar dos tempos, para corresponder aos desejos das sociedades. Contudo, foi somente em 1830 que o teatro brasileiro apresentou “um sistema integrado por autores dramáticos, peças, atores e público” (FARIA, 2000, p. 344).

2 Rio Grande/RS e o Teatro

A cidade do Rio Grande fica localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul e caracteriza-se por ter uma história estreitamente ligada à sua localização no cenário portuário. Sua fundação remete ao século XVIII, período em que Portugal e Espanha lutaram pelo controle marítimo relacionado ao estuário da Lagoa dos Patos. Dessa forma, o município tem sua história relacionada às atividades comerciais e industriais voltadas às águas.

Nesse contexto, busca-se construir um panorama da história do teatro na cidade. Apesar de a sua presença no município vir de longa data, o começo de sua trajetória apresenta diversas lacunas, sendo possível recons-

truir de forma mais consistente essa história somente partir de 1832, com a construção do Teatro Sete de Setembro.

O registro mais antigo encontrado data de 1809, escrito por John Luccock, o livro **Notas** apresenta suas anotações de viagens. Ele descreve ter encontrado em Rio Grande, próximo à residência do governador, as ruínas do que outrora havia sido um teatro de madeira, possivelmente tendo sido destruído por um incêndio. Tanto Monteiro (1946) quanto Bittencourt (1996) apontam que a construção deveria datar do final do século XVIII; Bittencourt entende que possivelmente entre as décadas de 1780 ou 1790.

Após esses relatos, encontram-se registros em 1829 e no ano de 1830. Já no ano de 1834, o francês Arseine Isabelle passou pelo estado do Rio Grande do Sul e, em seu livro **Voyage à Buenos Ayres et Porto Alegre**, registrou que um teatro teria sido comprado na cidade do Rio Grande, informação corroborada por Monteiro (1939). Para mais, o autor também registra que, em ata da Câmara de 13 de fevereiro de 1833, consta:

Concedeu-se licença a Luiz Ferran, mestre de musica do Batalhão de Infantaria e Artilharia desta Villa, para estabelecer um Teatro para divertimento publico, o que se lhe permitiu, no entanto que esta Camara o participe ao Exmo. Governador da Provincia (MONTEIRO, 1946, s/p.).

Esses são os únicos registros encontrados até o momento da presença do teatro na cidade até a inauguração do Sete de Setembro, no ano de 1832. No período da Revolução Farroupilha – aproximadamente de 1835 a 1845 –, Bittencourt (1996) acredita que, como a cidade não foi ocupada, as atividades teatrais se mantiveram, embora em menor frequência. Já Monteiro (1946) aponta que, em agosto de 1840, o teatro da cidade se encontrava fechado para apresentações. De qualquer forma, ao final do conflito, a província recebeu a visita de D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Sendo assim, o:

[...] o jornal O Rio-Grandense relata que em 12 de novembro de 1845, às oito horas da noite, “o Imperador e toda a sua comitiva saem do Paço e entre alas com mais de trinta mil luzes [velas e lampiões] dirigem-se ao Teatro 7 de Setembro”, onde a companhia dramática de Frutuoso Dias encenava a peça Almançor ou O Último Rei do Algarve, de Serpa Pimentel. (BITTENCOURT, 1996, p. 127, grifo do autor)

A sociedade rio-grandina teve constante participação e influência no circuito artístico teatral, principalmente com a edificação do Sete de Setembro. Habitualmente, iniciavam-se as noites de apresentações com a ou-

verture ou, então, abertura, na qual a orquestra era o foco principal, tocando algumas melodias. Após isso, dava-se início aos espetáculos que, em sua maioria, eram divididos em atos, e, dependendo do número, eram apresentadas mais de uma peça. Para finalizar o evento, poderiam ser feitas declamações de poesias, bailados, saraus musicais ou pequenas esquetes, por exemplo.

As apresentações propiciavam o contato com pessoas, pensamentos e culturas de outras regiões do país e do exterior, as quais retratavam diversos temas dos interesses do público em cada período. Não obstante a isso:

Para além de sua função de divertimento, os teatros eram vistos como instrumentos ao aprimoramento civilizacional, sinônimos de progresso e lazer instrutivo. A afluência a esses espaços apresentava-se, outrossim, como um indicador de bom gosto e de elevado status social fundamental às camadas emergentes tão carentes de símbolos de prestígio e de afirmação de sua identidade. (BITTENCOURT, 2008, p. 47-48)

Desde a metade do século XIX, as sociedades dramáticas começaram a surgir em solo rio-grandino. Entende-se que nelas, talvez hoje semelhantes ao que ocorre nas “companhias teatrais”, reuniam-se pessoas para produzir espetáculos, muitas vezes, a partir de peças já criadas pelos dramaturgos. Muitas foram as sociedades e as associações atuantes na cidade; algumas de vida mais duradoura, outras mais efêmeras, porém todas figuras da história do teatro local.

Faria (2000) aponta que o teatro brasileiro sofreu uma ruptura em 1865. A partir desse período, ocorre uma hegemonia nos palcos dos novos gêneros teatrais, principalmente o teatro cômico e musicado, ramificado nas operetas, mágicas (chamada pelos franceses de “*féerie*”) e revistas de ano. A comédia teve grande receptividade do público, porém decepcionou os intelectuais habituados ao drama do romantismo e do realismo que, praticamente, somem dos palcos e gostos populares.

Nesse período, “o teatro popularizou-se e, embora o gala obrigatório tivesse sido abolido, o cuidado no vestir persistia” (BITTENCOURT, 1996, p. 124). Porventura, pode-se aventar que essa popularização na cidade do Rio Grande teve seu ápice com a construção do anfiteatro Albano Pereira, inaugurado em 01 de janeiro de 1876. O mencionado teatro já teria, em sua concepção espacial, maior amplitude social que o Sete de Setembro. Posteriormente, essa construção seria o Politeama Rio-Grandense, o qual trocou sua localização, construindo uma nova casa de espetáculos, inaugurada em 1885.

Os teatros construídos em meados de 1830, focados nas camadas mais abastadas, viram-se expandindo suas plateias para se ajustar às novas dinâmicas sociais. Sendo assim, “a segunda metade do século XIX foi então marcada por um maior acesso das camadas menos favorecidas a essas casas de espetáculos” (BITTENCOURT, 2007, p. 8). Exemplo disso é o Politeama Rio-Grandense.

Durante um bom tempo, os teatros não continham cadeiras, sendo de responsabilidade dos espectadores levá-las para assistirem às apresentações e, após encerrado o espetáculo, as carregarem de volta a suas casas. Desse modo, aqueles que optavam por deixar suas cadeiras nos teatros estavam dispostos a perdê-las. O próprio teatro já tratava de deixar registrado: “Os Snrs. que vierem ao espectáculo, tenham a bondade de virem prevenidos de cadeiras, pois que o abaixo assignado nem empresta e nem aluga” (MONTEIRO, 1939, s/p.).

O fim do século XIX teve o teatro essencialmente como forma de entretenimento. Além do teatro musicado, cabe ainda destacar a comédia de costumes realizada com recursos farsescos. Na virada do século, ainda eram apreciadas as óperas, principalmente pela vinda dos artistas europeus que encenam textos de Shakespeare e as tragédias clássicas.

Portanto, dentro da dramaturgia, encontram-se o teatro dramático, teatro ligeiro musicado (zarzuelas, operetas e revistas) e teatro lírico. Ocorriam ainda apresentações musicais e danças cênicas, as quais não eram muito comuns. Para mais, Bittencourt elaborou um exímio panorama de dramaturgos nascidos ou residentes na cidade do Rio Grande. Ademais, ainda cita cerca de 150 obras idealizadas por eles:

Compõem a importante lista os nomes de: Manoel José da Silva Bastos (1825-1861), Bernardo Taveira Junior (1836-1892), Apolinário Porto Alegre (1844-1904), Luís Canarin Júnior (1847-1917), Artur Rodrigues da Rocha (1859-1880), Revocata Heloísa de Melo (1860-1945), Artur Pinto da Rocha (1862-1930), Julieta de Melo Monteiro (1863- 1928), Alexandre Fernandes (1863- 1907), Alberto Correia Leite (1871-1898), Antenor de Oliveira Monteiro (1872-1948), Frederico Carlos de Andrade (1878-1940), João Crisóstomo de Freitas (1882-1950), Ernani Guaragna Fornari (1899-1964), Antônio Gomes de Freitas (1899-1946), Arnold Coimbra (1902-1951), Érico Cramer (1906-1978), Coriolano de Araújo Benício (1911-1984), Guedes Coutinho, Álvaro Delfino, Carlos Alberto Minuto e outros. (BITTENCOURT, 2001, p. 143-145)

Além dos dramaturgos nascidos na cidade do Rio Grande, a mesma ainda contava com um grande número de artistas estrangeiros que passaram a morar no município e a atuar em seu cenário artístico teatral. Entre eles, o artista português Bastos Guerra (Agueda, 1878/Rio Grande, 1964), que teve presença marcante especialmente nas décadas de 1920 a 1940, atuando como pintor, escultor, teatrólogo, cenógrafo, figurinista e diretor, além de ser um dos fundadores da Companhia Lírica Dramática “Guarani”.

3 O Teatro Sete de Setembro e seu pioneirismo

O Teatro Sete de Setembro é um marco para a cidade do Rio Grande e para o estado do Rio Grande do Sul. Ele pode ser considerado o primeiro teatro construído em alvenaria, dessas localidades, e possuía um estilo arquitetônico distinto das construções da época. Ficava localizado em um ponto privilegiado da cidade, na Rua do Príncipe, atualmente a Rua General Bacelar, com saída para a atual praça Júlio de Castilhos. Esses fatores faziam com que sua aparência se destacasse na cidade.

O edifício demonstra a transição da arquitetura tradicional luso-brasileira, presente em grande parte da cidade, para as inspirações neoclássicas. Do mesmo modo, ele é resultado da boa situação financeira da localidade, principalmente dos diversos comerciantes que estavam emergindo economicamente e das novas demandas de sociabilidades.

Com a construção desse edifício dedicado às artes cênicas, intensificam-se as manifestações teatrais na cidade e propiciou-se o circuito artístico do estado do Rio Grande do Sul. Além de servir para apresentações artísticas, o teatro ainda promovia bailes e era utilizado para atos de civismo. A partir da edificação do Sete Setembro, a cidade do Rio Grande passa a contar com um local apto a receber com comodidade tanto artistas quanto espectadores.

Para a construção do edifício, criou-se a “Sociedade Sete de Setembro”, composta pelas famílias mais abastadas da cidade que, posteriormente, viriam a ter seus camarotes exclusivos no teatro. Isso faria com que grande parte do espaço interno da edificação fosse dedicado aos camarotes, tornando-o praticamente um teatro semiprivado. Para arcar com os custos da construção, a sociedade vendeu ações a 100 mil réis.

Além disso, foi adquirido um terreno do Cônego Francisco Ignacio da Silveira – vigário da Matriz de São Pedro – que ficava localizado, na época, na rua Direita com fundos para a antiga praça da Quitanda, atual praça Júlio de Castilhos. A escritura foi lavrada no dia 31 de outubro de 1831 e as obras se iniciaram. Por fim, o teatro foi inaugurado em 7 de setembro de 1832. A respeito do evento, o jornal “O Noticiador” registrou que:

[...] as 6 horas da noite, em novo Theatro desta Villa 7 de Setembro se apresentou a insigne Peça de Antonio Xavier de Azevedo, intitulada – O Bom Amigo –; anteriormente tinha recitado um Elogio o Sr. Carlos Antonio da Silva Soares, o qual foi aplaudido por todos os assistentes, o que deu provas de ter contentado o respeitável Público; Seguindo-se o Hymno Nacional, e os Vivas expressados pelo Presidente da Camara Municipal, e respondidos com energia e satisfação por todos os assistentes. (JORNAL O NOTICIADOR, 1832)

Monteiro (1935) relata ainda que a noite de inauguração se encerrou com uma jovial e graciosa pantomima e com a farsa intitulada “o casamento por gosto”, a qual foi elogiada pelo engraçado enredo e boa execução dos atores. O Noticiador relata ainda que, nos intervalos dos atos, ouvia-se uma música sofrível de sons harmoniosos. Ao término da notícia, é citado o grande prazer que assolava a localidade, pela nova construção, e são citados a mobilização e o esforço da sociedade criada para que tal obra pudesse ser realizada.

Não se tem muitos registros visuais do prédio original do Sete de Setembro. Segundo Bittencourt, até 2007, o único documento encontrado seria uma gravura de autor desconhecido, datada de 1847. Porém, a partir dos registros em jornais, pode-se compreender como seria sua estrutura. Assim sendo, a edificação do teatro possuía recuo frontal, diferente das demais construções presentes em seu entorno, e três pavimentos, sendo o último deles um sótão. O autor descreve:

No primeiro pavimento existiam cinco portas; no segundo, cinco janelas e no terceiro, quatro janelas: duas frontais e duas laterais na forma de água-furtada. [...] O frontispício compunha-se, também, por quatro pilastras de ordem toscana dispostas ao longo do primeiro e segundo pavimentos, encimadas por um frontão triangular de inspiração neoclássica arrematado por moldura e coroado por um coruchéu. Acima das duas janelas do frontão destacava-se um elemento decorativo. [...] Na frente da construção estendia-se um pátio aberto por cerca de uns oito a nove metros do edifício. Nesse local, por ocasião de bailes à fantasia, eram feitas fogueiras, sobre as quais saltavam os foliões. Um muro em alvenaria com grades metálicas organizava o espaço e um portão dava acesso ao teatro. Os fundos do prédio não iam até o alinhamento da rua do Pito (atual rua República do Líbano); um galpão de madeira, utilizado para depósito, terminava a construção. Aos lados, em toda a sua extensão ficavam estreitos corredores para o arejamento da

plateia por meio de janelas aos fundos dos camarotes. (BITTENCOURT, 2007, p. 155 e 156)

**Figura 1: Gravura do Teatro Sete de Setembro em 1847,
de autor desconhecido.**



Extraído de: Aspectos Brasileiros: meados do século XIX, Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.

No ano de 1844, anunciava-se a busca por pedreiros nos jornais para a construção de um muro nos fundos do Teatro, onde ficava localizada a praça. Bittencourt registra que, no ano de 1846, o “Jornal Ilustrado Ostensor”, sediado na Corte, comentou o aspecto da edificação, o qual apontava ser “um edifício de boa arquitetura, com seu pórtico e um frontão triangular, anunciando que é esse lugar das honestas recreações da noite” (BITTENCOURT, 1996, p. 125). Desde a sua inauguração, o teatro era precariamente iluminado por velas de espermacete, conforme registro dos jornalistas da época. A iluminação ainda era um forte empecilho para os acontecimentos noturnos na cidade naquele período.

A partir da mesma década, o edifício passou por diversas reformas, que mudaram consideravelmente sua arquitetura original. As mesmas foram iniciadas em 1852 desde o seu interior, com a forração do teto da entrada do edifício, dos camarotes, do proscênio e das 46 colunas de cedro colocadas entre os camarotes.

Monteiro (1939) registra a busca por trabalhadores para executarem as obras, no anúncio é apontado que o tecido da forra-

ção do teto seria de algodão, com ornamentos em cor de ouro e o dos camarotes, branco com uma renda grega de cor carmesim na parte inferior e dois filetes cor de ouro junto a ela. Além disso, os camarotes e as laterais da entrada teriam sido pintados de rosa; os parapeitos, de encarnado; a bancada da plateia, da cor de canário; o proscênio, de branco, com ornamentos cor de ouro; as colunas de cedro, de branco e, por fim, a entrada da plateia teria sido forrada em madeira e pintada de branco.

Em 1855, reformas foram realizadas na parte externa do teatro e no entorno. O galpão em madeira, localizado ao fundo da edificação, foi demolido para dar lugar ao palco. Os jornais registram que:

O theatro vae soffrer uma alteração que, dando maiores dimensões e commodidades á caixa, serve ao mesmo tempo para aformosear a praça de S. Pedro. Vimos o elegante e singelo desenho dessa obra, offerecido pelo habil artista Snr. Jóse Manoel de Lima que indicou esse melhoramento, e que está a cargo da obra [...]. O Sr. Lima, que tantas provas de interesse tem dado pelo nosso theatro, merece sinceros elogios por sua dedicação. (MONTEIRO, 1935, s/p.)

Conforme mencionado, além dessas alterações relacionadas ao palco, o prédio recebeu uma nova fachada, voltada para a Praça São Pedro. Foram trocados também os “panos de boca” ou cortinas; os novos foram pintados gratuitamente pelo artista Joaquim Lopes de Barros Cabral Feibi, professor da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Monteiro (1939) descreve que, através de duas cortinas encarnadas, estavam representados o Rio de Janeiro e o Brasil sobre um trono, recebendo a paz e o comércio. O mesmo jornal analisado pelo autor, no dia 20 de outubro de 1855, anunciou a reabertura do teatro com bailes *masqués* (baile de máscaras), nos dias 4 e 11 de novembro.

A década de 1860 iniciou-se com mais reformas. Uma das mais relevantes foi a instalação da iluminação a gás, inaugurada em 14 de dezembro de 1862, segundo registro do Diário do Rio Grande:

Para o teatro desta cidade, acaba de chegar dos Estados Unidos um grande lustre. Esta elegante peça já foi despachada na alfândega, e já se acha no Teatro para ser colocada no seu respectivo lugar. Não é obra de primor, todavia, tem alguma arte e merece ser apreciado. Compõe-se de 58 bicos de gás divididos em três ordens de maior a menor, de modo que a primeira ordem tem 34 bicos, a segunda 16 e a terceira 8. Com um tão valioso auxílio, a par do importantíssimo

melhoramento que está recebendo o nosso Teatro, não resta dúvida que ele se tornará, apesar de pequeno, digno de ser visitado, por todos aqueles que já têm visto e apreciado o que há de bom neste gênero. Podemos agora dizer sem nos envergonhar que a cidade do Rio Grande já tem um Teatro, não pelo seu tamanho, mas sim pelo luxo e gosto com que está arranjado. (DIÁRIO DO RIO GRANDE de 26 de fevereiro de 1864 apud BITTENCOURT, 1996, p. 129)

Em 1863, o teatro recebeu uma grande reforma nas grades e colunas dos camarotes. Nesse momento, também foram instalados novos acabamentos em carpintaria e realizadas pinturas. O teto foi descrito pelos jornais da época e registrado da seguinte forma:

[...] em torno de um grande e rico florão, as sciencias, as artes, o comercio e a industria, são representadas sob figuras allegóricas. Uma grinalda de flores, circundava o tecto, servindo de cornija a 3ª ordem. Os camarotes foram forrados de papel, em que predominava o dourado. Foi augmentado o proscenio e reformados os camarotes e platêa. Dos camarotes também desapareceram os informes e desagradaveis brancos fixos. Cinco lindos e maneiros mochos de pallinha que se acham em cada camarote, promettem ao bello sexo uma certa commodidade, de que era privado. (MONTEIRO, 1939, s/p.)

No entanto, Monteiro (1939) aponta que os novos cenários, muito elogiados, foram pintados pelo artista Bernardo Braselli. Tudo isso foi apresentado para o público em 03 de abril de 1864. A companhia responsável pelos espetáculos foi a dos atores Lacerda e Areia, que apresentaram o drama *Cinismo, Ceticismo e Crença* e as comédias *Depois do Baile* e *Chalé de Cachemira*.

Apesar das recentes reformas e da reinauguração, entre os anos de 1865 e 1871, o teatro iniciou novamente grandes obras. Sobre o novo edifício, Augusto do Pinho (1869), citado por Bittencourt (1996) assim coloca:

O Teatro Sete de Setembro, único que ali há, é um dos melhores edifícios do Rio Grande; a fachada principal, que está situada à Rua do Príncipe [hoje, rua General Bacelar], é simples mas airosa; à direita e à esquerda do vestibulo há duas salas, em uma delas está um botequim bem provido e na outra um bilhar; por cima destes estabelecimentos acham-se colocados dois terraços, onde os frequentadores, nas noites acaloradas de espetáculos, vão gozar da brisa refrigerante

[...]. O fundo do Teatro dá para um largo, e sua perspectiva é muito mais imponente e bela do que seu frontispício. [...] O salão dos espectadores é vasto, os bancos são forrados de palhinha e muito cômodos; nas três ordens de camarotes correm elegantes grades pintadas de branco e ouro; o palco é espaçoso e a pintura interna e externa está bem conservada; a iluminação, porém, da sala dos espectadores, é feita por um enorme lustre que dá muita luz, mas abafa e acanha o salão. (PINHO, 1869 apud BITTENCOURT, 1996, p. 130)

Como mencionado anteriormente, a iluminação a gás instalada se concentrava na colocação do grande lustre vindo dos Estados Unidos, e somente em setembro de 1878 essa viria a ser estendida para os camarotes. A entrada para o salão e para os camarotes igualmente sofreu modificações. Nesse mesmo ano, também foi expandido o espaço destinado à plateia, com a colocação de mais 110 cadeiras e diversas travessas. Em 1881, Artur Leonimo registra em suas anotações a péssima aparência externa do edifício que, até então, tinha se mantido bem conservada (BITTENCOURT, 2007).

Figura 2: Plateia do Teatro Sete de Setembro em 1926



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Em agosto de 1886, os locais no teatro são expandidos, sendo a última ordem de camarotes transformada em galerias, com capacidade para 300 pessoas. Já no ano de 1887, o empresário local, Fernando Bianchini, instalou-se no “Grande Hotel”, localizado ao lado do Sete de Setembro. O hotel era responsável por hospedar as companhias de artistas que vinham se apresentar na cidade. Para expandir seus investimentos, em meados de 1895, o empresário aluga um dos salões do teatro e o transforma em um restaurante e bar, que são conectados a seu hotel por uma porta. A respeito disso, Monteiro, no ano de 1935, escreve que:

[...] tinham porta e janella para a rua Direita e porta e janellas para o pateo e eram alugados, sendo que em 1895 onde hoje está a bilheteria, existia uma alfaiataria e o outro salão, à direita, era occupado por uma sala de refeições ou baar de propriedade do sr. Fernando Bianchini, que o ligará a seu Grande Hotel por uma pequena porta. Ao centro ficava uma grande porta com grade de ferro, substituída hoje por cortina de ferro. Na parte alta havia uma sóteia que se comunicava com uma vasta sala, onde, nos intervallos, se reuniam os espectadores para fumar e conversar. Esta sala em 1910, quando da nova edificação em que foi transformada a sua fachada principal, foi adaptada para quartos alugados ao Hotel. O teatro compunha-se então de plateia e tres ordens de camarotes. (MONTEIRO, 1935, s/p.)

No ano de 1895, o teatro foi comprado da Sociedade Sete de Setembro pelo valor de 24:500\$000 réis por Alfredo Corrêa Leite; a escritura da venda foi lavrada no dia 15 de julho. De julho a setembro do ano seguinte, o teatro passou por restaurações e pinturas, as quais foram realizadas por Ricardo Giovannini (Parma, 1853/Rio Grande, 1930), tendo sido reaberto em 10 de outubro do mesmo ano.

Nesse período, o teatro ainda não possuía serviços sanitários, o que era comum para as construções do começo do século XIX, todavia, não era mais aceito pela população, sendo considerada uma prática anti-higiênica, fazendo com que a mesma exigisse uma atitude do teatro e a construção de mictórios. No ano de 1899, o teatro é revendido para Bianchini, que:

[...] aumenta a sala de refeições, demolindo paredes do teatro, e constrói dois grandes arcos que permitiam maior comunicação com o Grande Hotel. Por essa ocasião, a terceira ordem de camarotes foi transformada em galeria. O Teatro passa a se adaptar às novas realidades, dando à população maior acesso aos espetáculos. (BITTENCOURT, 1996, p. 131)

Até o ano de 1910, a edificação do Sete de Setembro funcionou exclusivamente como teatro. Todavia, em 5 de outubro desse mesmo ano, a “Empresa Francisco Machado” se estabeleceu no local com o cinema. Nesse contexto, passaria a ser arrendado para atuar ora como cinema, ora como teatro. Registra-se ainda que, por determinado momento, ele ainda teria sido denominado de “Cine Parisiense” e, posteriormente, no ano de 1926, de “Cine Independência”.

Já no ano de 1911, a “Rio Grande do Sul Revista Ilustrada”, produzida pelo fotógrafo Amílcar Fontana, registra que não iria colocar imagens do Teatro Sete de Setembro por não haver “importancia alguma sua edificação e ser o frontispício um grande portão de ferro.”

Apesar de não terem sido encontradas fotografias que retratem a abóbada presente no Teatro Sete de Setembro, através dos relatos de Mauro Guerra (Rio Grande, 1948), a respeito de seu pai, o artista Bastos Guerra, conclui-se que o Teatro Sete de Setembro possuía pinturas interiores, as quais teriam sido renovadas na primeira metade do século XX – entre as décadas de 1920 e 1930 –, pelo artista. Segundo Mauro Guerra (2020), a:

[...] obra de grande vulto que [ele] realizou, foi a pintura da cúpula do Teatro 7 de Setembro (antigo), trabalho realizado durante o período de seis meses, afrescos e retratos de compositores clássicos ali foram pintados. Mas durante a demolição do teatro, lamentavelmente não tiveram o cuidado de preservar e guardar as pinturas. (GUERRA, 2020, s/p.)

Em 1º de janeiro de 1947, a “Empresa F. Cupello & Cia. Ltda” assume a instituição da “Empresa F. S. Gaudio” e idealiza a reedificação do Sete de Setembro a partir da demolição do antigo edifício e da construção de uma nova casa de espetáculos, visando atender aos moldes mais modernos existentes no país. A empresa ainda aponta terem sido gastos na nova obra dois milhões de cruzeiros, o que, segundo ela, demonstra a confiança que a empresa tem na cidade. Sendo assim:

A nova construção [...] foi realizada sob um plano de magnífica estrutura arquitetônica, possuindo o edifício duas faces, uma de acesso à rua General Bacciar e a outra de saída à praça Júlio de Castilhos, e ambas traçadas em estilo sóbrio, mas elegantíssimo, constituído de linhas simples, mas de grande beleza. (BLOG PAPAREIA, s/p.)

A obra foi de responsabilidade do construtor Horacio Rocha e, segundo a empresa idealizadora, contava com mobiliário da melhor quali-

Figura 3: Cine-Teatro Sete de Setembro.



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense

dade para seus objetivos. As poltronas eram confortáveis e anatômicas, além de dispostas de forma a tornar possível aos espectadores visualizarem a tela ou o palco, com facilidade e sem prejudicar o espetáculo.

Para mais, o pano de boca foi adquirido da loja de decorações “Casa Nunes”, localizada no Rio de Janeiro, e as passadeiras, os tapetes e os tecidos de revestimento interno, como cortinas, foram adquiridos na indústria local, Companhia União Fabril. A respeito dos aparelhos instalados para a reprodução cinematográfica, era utilizado um conjunto de projetores Brenkert, com lanternas de alta intensidade e aparelhos de som Klang-Filme.

Assim o Teatro Sete de Setembro encerrou sua trajetória, ao final da década de 1950, para dar lugar à construção do novo Cine-Teatro Sete de Setembro, inaugurado em 15 de novembro de 1949.

4 Politeama Rio-Grandense: um teatro plural

Ainda que as histórias dos teatros Sete de Setembro e Politeama Rio-Grandense apresentem semelhanças, há que se destacar inicialmente suas distinções, começando por suas origens. O conhecido Politeama recebe, em sua fundação, o nome de “Anfiteatro Albano Pereira”, em homenagem a seu idealizador, o empresário e artista equestre Albano Pereira (Coimbra, 1839/Rio Novo, 1903). Antes da construção do anfiteatro, junto a sua família, ele era proprietário e diretor de um circo, o qual já havia se apresentado duas vezes em um barracão armado na Praça Sete de Setembro, em Rio Grande.

No ano de 1875, o artista e sua companhia, denominada “Circo Universal”, realizavam apresentações na Praça Conde d’Eu, em Porto Alegre/RS. Sendo muito aclamado pelo público, o empresário acaba por desmanchar o toldo, a fim de realizar o feito de erguer um circo fixo na mesma praça. Desse modo, de maio a agosto do ano de 1875, foi erguido um “pavilhão soberbo”, o qual teve como mestre de obras Manuel Afonso Rios. A obra, propriedade exclusiva de Albano Pereira, custou mais de oito contos

de réis e contava com 32 metros de circunferência, dois salões de entrada, salas de bebidas e cafés, um palco de dez metros por sete e uma cavalaria para até 30 animais. Além disso, a obra:

[...] contava com três ordens de cadeiras, uma de camarotes com 32 divisões e cinco assentos por unidade em plano suspenso, com as arquibancadas em sete ordens, comportando mais de mil pessoas. (DAMASCENO, 1956, p. 161-162).

Após a inauguração, no dia 13 de agosto, a companhia realizou diversas apresentações, atraindo grande público. Entretanto, seus dias de glória começaram a declinar e, em outubro do mesmo ano, o público já era escasso.

Enquanto essa história se desenrolava em Porto Alegre, Albano Pereira já construía sua trajetória na cidade do Rio Grande. Retornando de uma viagem a Montevideú, com o intuito de contratar artistas para seu circo, que iria inaugurar em agosto, o empresário, no dia 29 de julho de 1875, declara à imprensa que iria, nesse mesmo dia, requerer licença para construir em Rio Grande um circo similar ao que estava sendo erguido em Porto Alegre. Caso fosse cedida a licença, o empresário garantiu que as obras iriam começar imediatamente e o edifício perduraria por, no mínimo, quatro anos. No dia 21 de setembro de 1875, a Câmara do Rio Grande autorizou o funcionamento da casa de espetáculos:

Consta na Ata e Termos da Câmara de Vereadores do Rio Grande de 21 de setembro de 1875 op. 68-69 que o Sr. Albano Pereira requereu licença para o estabelecimento de um circo na cidade pelo prazo de quinze anos, que seria construído próximo à Praça Municipal (hoje Praça Xavier Ferreira), entre o Mercado Público e o antigo prédio já demolido da Associação Comercial (hoje Câmara do Comércio). Foram-lhe concedidos, entretanto, somente quatro anos, com a condição expressa de ser demolido se, antes desse prazo, a Câmara resolvesse aumentar o edifício do Mercado. (BITTENCOURT, 1996, p. 132)

No dia 18 de outubro de 1875, foram iniciadas as obras. Localizado então entre o Mercado Público e a Câmara do Comércio, o circo-anfiteatro foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1876. Monteiro (1937) afirma que a apresentação foi muito concorrida e aplaudida. A partir dessa data, o teatro iria funcionar às nove horas, nas terças e quintas-feiras e também aos finais de semana, apresentando a *Companhia de Cavalinhos e Pantomimas* e apresentações dramáticas e líricas.

A construção em madeira era simples e com cobertura de telhas de zinco. Em novembro de 1879, Albano Pereira solicitou mais oito anos de funcionamento, mas só lhe foram concedidos dois. Entretanto, as atividades foram interrompidas precocemente, após cinco anos, por um forte temporal, ocorrido no dia 19 de julho de 1881, que derrubou a então recente construção.

Figura 4: Fotografia panorâmica da cidade do Rio Grande em que se encontra o Anfiteatro Albano Pereira



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1070782596616392&set=g.1509648409266249&type=1&theater&ifg=1>>.
Acesso em: 15 out. 2020.

O prédio foi reconstruído novamente em madeira, com sua reabertura realizada em dezembro do mesmo ano. O *Jornal Local Diário do Rio Grande*, de 22 de dezembro de 1881, comenta a nova construção, denominada Politeama Rio-Grandense:

Tivemos hontem ocasião de visitar elegante edificio, propriedade do infatigável artista Sr. Albano Pereira. As notáveis reformas porque acaba aquelle estabelecimento, e nas quaes dispensou o respectivo proprietário avultada soma, garantem-lhe a primasia entre todos os theatros da província. A solidez da obra e o esmero e capricho com que foi executada, colocam-n'o em condições de offerecer ao público commodidades superiores a qualquer outro edificio d'aquella natureza. E digno de encomios o Sr. Albano Pereira pelos grandes sacrificios a que se expôz para dotar nossa cidade com um theatro nas condições em que se acha o Politheama Rio-Grandense. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 1881, p. 1-2)

Figura 5: Fachada do Politeama Rio-Grandense



Fonte: <<https://historiaehistoriografadores.blogspot.com/2018/08/teatro-politeama.html>>.
Acesso em: 27 ago. 2020.

Todavia, depois de apenas três anos, o teatro não era mais capaz de oferecer segurança ao público e aos artistas, tendo em vista sua deterioração. Nesse contexto, foi condenado à demolição, em 1883, mas somente em 1884 tal ação foi concretizada. Ainda nesse ano, Albano Pereira, agora junto a Antônio Marques de Oliveira Rey, mobilizaram-se para a construção de um novo teatro, na Rua Andradas esquina com General Câmara.

Sendo assim, em 18 de setembro de 1884, os irmãos e engenheiros Ricardo e Emílio Calcagno solicitaram à Câmara da cidade a aprovação do projeto de edificação. Com as devidas autorizações, as obras iniciaram. Porém, elas não estavam sendo realizadas como deveriam, ocorrendo intervenção da Câmara, a qual mandou peritos verificarem e redigirem as orientações

do que deveria ser alterado para funcionamento do teatro.

Em 10 de fevereiro de 1885, foi solicitada a autorização para funcionamento da casa de espetáculos e, já no dia 13, a mesma foi concedida, após análise de uma comissão de empreiteiros. Por fim, o Politeama Rio-Grandense, já em um novo edifício, teve sua inauguração nas noites dos dias 15, 17 e 22 de fevereiro daquele ano, com a realização de bailes à fantasia em decorrência do Carnaval. Monteiro (1937) afirma ainda que o teatro abriu suas portas para os Clubes Saca-Rolhas, Diogenes, Terríveis, Congo e Minas. As cadeiras da plateia eram móveis, de forma que o edifício pudesse ser utilizado para outros fins, como os citados bailes de carnaval, por exemplo. O mesmo formato era utilizado para apresentações circenses, nas quais a plateia era transformada em picadeiro, e os espectadores ficavam localizados nos camarotes e nas galerias.

O novo teatro era construído em alvenaria e estilo eclético (CHING, 1999). Ficava alinhado às construções em seu entorno; entretanto, destacava-se por suas grandes dimensões, bem superiores ao já existente Teatro Sete de Setembro, sendo esta outra característica que os diferenciavam. O edifício apresentava dois pavimentos e dois pequenos pátios gradeados ao lado:

No primeiro, sete portas davam acesso à construção. No segundo, duas janelas e um caixilho de madeira em arco pleno ao centro da fachada e quatro janelas laterais. Encimavam a construção cornijas em semicírculo, coroadas por quatro pinhões, e ao centro, a Lira de Orfeu aludia às atividades artísticas no edifício. (BITTENCOURT, 2007, p. 174)

Com seus dois pavimentos, o teatro tinha capacidade para 1600 pessoas, o que demonstra a amplitude social do local, distinto do Sete de Setembro, o qual era um espaço menor, mas de maior requinte. Isto deixava a cidade do Rio Grande com duas casas de espetáculo.

Em 1886, o edifício passa a ser propriedade exclusiva de Marques Rey, pois Albano Pereira retornaria para Porto Alegre. Ele se despede através da imprensa da cidade do Rio Grande, no dia 21 de agosto. Damasceno (1956) registra que, no ano de 1887, em parceria com Cândido Ferraz, o artista realizou apresentações no Teatro Variedade, em Porto Alegre, com a “Companhia Equestre, Ginástica, Acrobática, Equilibrista, Malabarística, Mímica e... Bufa”. Com seus variados tipos de apresentações, a companhia foi considerada perfeita, excepcional e agradável. Cabe destacar o espetáculo que contava com 80 crianças integrantes, ricamente vestidas (DAMASCENO, 1956).

Diferente do Sete de Setembro, o Politeama Rio-Grandense não sofreu praticamente nenhuma grande reforma. Bitencourt (2007) ainda afirma que, ao término de 1930, ele ainda mantinha grande parte de suas primitivas características da reconstrução de 1885. A revista *Rio Grande do Sul Revista Ilustrada* registra, no ano de 1911, discorre que o teatro contava com excelentes picadeiros e cenários variados. Afirma-se ainda que, além das companhias equestres e de ginástica, o teatro recebia companhias dramáticas de óperas e operetas e, pensando nestas, é que seu interior foi recentemente reformado, buscando receber, com melhor comodidade, o público.

No ano de 1913, Marques Rey arrendou o teatro para a firma Gaudio & C. Nesse mesmo ano, o advento do cinema chega ao Politeama, com a instalação do “Victrol Cinema”, no dia 15 de agosto. A partir disso, o espaço começa a ser chamado de “Cine-Teatro Politeama” – tal como ocorre com o Teatro Sete de Setembro – e conta com sessões de fita cinematográficas que custavam 500 réis o lugar (MONTEIRO, 1937). Já em 1937, Monteiro (1937) afirma que o edifício pertence aos herdeiros de Rey e parte à firma Gaudio & C.

Foi idealizada ainda pelo empresário Fluvio Salvado Gaudio, a construção de um novo edifício para o Cine-Teatro Politeama, com seis pavimentos de responsabilidade dos engenheiros construtores Spolidoro &

Cia. No entanto, o projeto acabou não sendo realizado.

Figura 6: Fachada do Politeama Rio-Grandense vista da direita.



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Com a chegada da década de 1950, o prédio acabou novamente ficando em situação precária. Com as atividades cada vez mais decadentes, o Cine-Teatro fecha efetivamente suas portas em 1953, e a edificação restante é demolida em 1955, para a expansão do Colégio Joana d'Arc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste artigo consistiu em demonstrar a ligação do teatro com a história rio-grandina, por meio dos entrelaçamentos entre o fazer cênico e os dois edifícios teatrais, bem como refletir sobre não ser possível analisar as práticas cênicas sem compreender o contexto em que elas estão inseridas. O mesmo se aplica para os edifícios teatrais: é necessário compreender o seu entorno, suas trajetórias, seus públicos e seus idealizadores, sendo a arquitetura o resultado de diversas significações e possuidor de simbologias.

Dessa maneira, buscou-se aqui, através de uma revisão bibliográfica, contextualizar partes de uma grande e complexa narrativa teatral da cidade do Rio Grande, sem buscar esgotá-la, mas, ao contrário, provocando

novas repercussões. Nesse sentido, notou-se que não basta compreender isoladamente o contexto da cidade, mas as referências, inspirações e relações que ela estabeleceu com o circuito artístico de outras localidades, seja no âmbito nacional ou internacional. Assim, compreendeu-se, através das fontes consultadas, que o cenário teatral encontrado na cidade durante os séculos XIX e XX dialogava com o restante do país e com a Europa.

Do mesmo modo, identificou-se que as tensões sociais repercutiram tanto na arquitetura quanto na dramaturgia dos palcos rio-grandinos. Estas refletem nas produções, modificando as condições de acesso, a distinção na disposição das plateias e camarotes e os gêneros teatrais. A exemplo, cita-se a grande efervescência das comédias de costumes em detrimento das tragédias e dramas.

Portanto, a partir de todos aspectos abordados, pode-se aventar a possibilidade de que Rio Grande marcou a história do teatro no estado do Rio Grande do Sul. Esse destaque fica a cargo dos dois teatros construídos, Sete de Setembro e Politeama Rio-Grandense, os quais atraíam e recebiam com comodidade artistas de renome nacional e internacional, principalmente no decorrer do século XIX. Além disso, a partir de 1840, o circuito teatral local passa a contar com a presença marcante das diversas sociedades dramáticas do próprio Rio Grande do Sul.

Ao final do século XIX e começo do XX, a cidade sofreu modificações em seus teatros para abrigar a nova tendência: o cinema. Foram construídos diversos edifícios destinados especialmente a esse fim, do mesmo modo que foram adaptados os teatros ou até mesmo demolidos e reconstruídos – como o Sete de Setembro –, para se adequarem às novas demandas. Atualmente, esses locais, tanto os teatros quanto os cine-teatros e cinemas, estão descaracterizados³. Em sua maioria, foram transformados em espaços comerciais, que não mantiveram grande parte de seus atributos originais, sendo possível identificar apenas resquícios do que um dia eles foram

REFERÊNCIAS

AGORA JORNAL DO SUL. *As artes no passado*, Edição especial 6 cadernos 250 anos de Rio Grande, p. 10-11, 19 fev. 1987.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. Aparentamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX. *Biblos*, v.8, p. 117-137, Dep. de História,

3 Para registro, o único local que ainda funciona com seus objetivos originais é o Cine-Teatro Avenida, o qual atualmente denominado Teatro Municipal, localizado na Avenida Major Carlos Pinto, 312, bairro Cidade Nova.

FURG, Rio Grande, 1996.

_____. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande)*. 1.ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

_____. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional*. 2.ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

_____. Os primeiros teatros do Rio Grande do Sul (século XVIII-primeira metade do XIX). In: *XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2007. História e Multiplicidade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo, 2007.

CHING, Francis D. K. *Dicionário visual de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1956.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. *Anúncios*, p. 1-2, 22 dez. 1881.

FARIA, João Roberto. Um sólido panorama do teatro brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, v. 44, p. 342-346, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30101>>. Acesso em: 17 set. 2020.

LIMA, Evelyn. F. W. *Espaço e Teatro*. Do edifício teatral à cidade como palco. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

_____. Arquitetura teatral no Brasil: da Colônia às formas contemporâneas. *Textos do Brasil*, n. 16, p. 84-115, Brasília, 10 maio 2010. Disponível em: <<http://www.unirio.br/espacoteatral/arquivos/anexo/artigos/arquitetura-teatral-e-cidade>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 5 jul. 1935.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 4 jul. 1935.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: o Polytheama. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 4 dez. 1937.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: o Polytheama. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 5 dez. 1937.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 12 abr. 1939.

_____. Rebuscos – Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal*

O Tempo, Rio Grande, 13 abr. 1939.

_____. Coisas de Teatro I. *Jornal Rio Grande*, Rio Grande, s/p., 19 ago. 1946.

_____. Coisas de Teatro II. *Jornal Rio Grande*, Rio Grande, s/p., 21 ago. 1946.

_____. Coisas de Teatro III. *Jornal Rio Grande*, Rio Grande, s/p., 24 ago. 1946.

O NOTICIADOR. *Interior Rio Grande*, n. 70, p. 01, 10 set. 1832.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RIO GRANDE DO SUL REVISTA ILUSTRADA *Theatros*, anno I, n. 7, p. 164, jun. 1911.

SIQUEIRA, Sônia. *A teatralidade do Barroco*. 2.ed. São Paulo: Centro Cultural Teresa D'Ávila, 1996.

STUDIO, MLO. *Theatro 7 de Setembro*. Youtube, 28 jun. 2011 (2'20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7CfTgfYFSWA>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Recebido em 13/02/2021

Aprovado em 31/05/2021